

A investigação do humano: um debate

Mauro Martins Amatuzzi

Departamento de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas e
Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo

Este texto, que segue a linguagem de uma palestra, levanta questões referentes a possíveis paradigmas para investigação do humano. Retraça a lógica do surgimento desses paradigmas, a partir do desdobramento entre a filosofia e a ciência. No interior da ciência distingue: as ciências naturais (paradigma empírico-analítico), as ciências humanas (paradigma hermenêutico-fenomenológico), e as ciências dialeticamente inspiradas (paradigma dialético). As pesquisas de tipo empírico-analítico, quando se ocupam do humano, são estatísticas ou de análise de comportamento. As hermenêuticas-fenomenológicas são de tendência empírica ou de tendência dialética. E as dialéticas são de tipo participante, pesquisa-ação ou estudo crítico. Sugere, no final, um novo desdobramento em direção a uma pesquisa humana ecológica.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa, ciências humanas, paradigmas científicos

Abstract

This speech text argues about possible paradigms in human research and describes the logic of their development from the start point of the break between philosophy and science. Into the science field we can distinguish the natural sciences with their empirical analytical paradigm, the human sciences with their hermeneutic phenomenological paradigm, and the dialectical inspired sciences with their dialectical paradigm. When the researches on human matter obey the first paradigm, they follow the paths of the statistics or behavior analysis. The researches that obey the second paradigm may have an empirical tendency or a dialectical one. And those that obey the third paradigm are participant researches, or action ones, or critical studies. Finally, the author suggests a new development toward a human ecological research.

Key words: research methodology, human sciences, paradigms of science

Este artigo parte do interesse de trocar indagações acerca das formas de investigação do humano, e com isso avançar nessas próprias indagações. Com essa intenção permito-me retomar aqui, com modificações, o texto de uma palestra proferida na Universidade Federal do Ceará, no final de 1993, mantendo em parte seu tom coloquial.

As questões que no momento me habitam, e que aqui ofereço ao diálogo com os colegas, relacionam-se em grande parte com o meu lado de professor orientador de projetos de pós-graduação em Psicologia. Que posturas epistemológicas são possíveis num projeto de investigação do humano, e quais os limites dessas posturas? Que possibilidades entrevejo? Mas antes disso é preciso nos darmos conta dos limites do próprio projeto acadêmico.

Quando estou dançando estou fazendo uma investigação do humano. Seria então o dançar um ato de ciência? Se o for não saboreio a dança, e talvez o conhecimento resultante seja mais pobre que aquele que eu posso adquirir se não faço isso como um ato científico.

Creio que há aqui algumas coisas a se considerar. Uma é que há vários caminhos para a investigação do humano. A ciência com certeza não é o único, e talvez nem mesmo o mais rico. A poesia é uma forma de investigar o humano; a literatura, o teatro. A amizade também é uma forma de investigar o humano; a luta política, o lazer, o esporte. A psicoterapia também. Há muitos caminhos.

O resultado dessas investigações, porém, não é sempre do mesmo tipo. E essa é a 2ª coisa que queria considerar. Quem dança, conversa com amigos, pratica esporte, faz política, com

certeza aprende muito sobre o humano. Mas esse saber se encontra nele às vezes de forma somente tácita. É o saber de um homem de experiência. É um saber que o habilita a reagir de formas mais adequadas quando diante de algum desafio novo. Mas não necessariamente esse saber se sabe de forma discriminada. Há uma diferença entre o saber tácito, experiencial, ainda que para ele seja também necessário algum nível de reflexão, e o saber explícito, representado para o próprio sujeito.

Também há diferenças quanto ao grau em que esse saber é assegurado de forma objetiva e pública. Ele pode ser obtido por meios que não dependem da minha experiência subjetiva, de modo que qualquer pessoa possa verificar que é assim, ou melhor, possa ser convencida de que os fatos demonstram tal coisa. É uma questão de lógica aplicada aos fatos. A sofisticação desse último tipo de saber é a ciência. A humanidade construiu uma ciência, um saber objetivo e público, e que pode ser apropriado por quem o estuda. E mais. Na complexidade de nossa vida atual, esse tipo de saber se tornou necessário, indispensável, insubstituível. A nossa sociedade não poderia funcionar sem ele. A nossa sociedade tal como ela é não poderia subsistir e manter-se em movimento sem o saber produzido pela ciência (e por sua filha diletta, a tecnologia).

Mas estamos correndo demais. Pois antes mesmo da ciência havia uma forma de saber, mais baseada no pensamento e na experiência de vida, mas que se pretendia geral, universal. Uma reflexão sobre as coisas. Era a filosofia. Só que, de repente, a filosofia começou a parecer algo não certo, não seguro, e não prático para atender as necessidades dos homens (fossem elas pragmáticas ou de conhecimento). O pensamento não tinha um juiz que decidisse sobre seu acerto ou erro. Foi assim que apareceram os fatos. Os fatos decidiriam. E esses fatos poderiam ser medidos. Bastava que se fizesse uma observação sistemática, e com regras de precisão. Os fatos estão lá, podem ser olhados de forma neutra. A

natureza está aí, ela funciona de acordo com leis que o homem pode descobrir objetivamente, e, ao contrário da filosofia, esses procedimentos objetivos não são passíveis de intermináveis discussões. Podemos ter normas confiáveis que dirigem nossas ações de forma indiscutível. Assim, a ciência nasceu gerada no útero da filosofia, e opondo-se a ela. Tudo isso para garantir uma nova forma de vida social ou formas novas que tomava a inquietação humana.

Em seu berço, a ciência já se anuncia como uma: os fatos humanos e sociais não são diferentes dos fatos naturais, e portanto devem ser investigados da mesma forma. É claro que não foi assim tão simples desde o começo. A filosofia quis guardar o humano para si, e entregar apenas o não humano para a ciência. Mas acabou perdendo essa disputa, pois a ciência pretendeu abarcar tudo, e seu prestígio foi muito grande. A filosofia acabou ficando como a garota do baile que nenhum rapaz escolheu. O "ser" (objeto da filosofia) não ajudava muito na condução da vida social, como os "fatos" (objeto da ciência). E Maquiavel foi preferido pelos príncipes.

Pouco a pouco, entretanto, e não sem a influência dos poetas e dos literatos (Gusdorf, 1990), começou um movimento que reivindicava a originalidade do humano. O que é próprio do humano não se deixa captar pelos métodos da ciência. Mas então não pode haver ciência do humano? Sim, mas é outro tipo de ciência, pois tem que lidar com a autodeterminação, com a liberdade, com a subjetividade etc. E as ciências humanas foram nascendo do seio da ciência, que então foi rebatizada pelos humanistas como ciência natural. E os cientistas humanos criticavam o discurso simples de uma ciência una. Digamos que o tipo de relação que é pressuposto pela atitude de investigação na ciência (ou nas ciências naturais), e uma relação de sujeito-objeto. O objeto é uma parte do mundo; o mundo existe em si; o sujeito pode captar suas leis objetivamente, sem que haja nenhum envolvimento,

mas apenas, digamos, um olhar. Já o tipo de relação pressuposto pela atitude de investigação das ciências humanas é o de uma relação sujeito-sujeito, pois o objeto aqui é um outro sujeito. O tipo de objetividade que se pode ter é, então, outro: é uma objetividade que nasce de um entendimento entre os sujeitos, é uma objetividade que brota de uma inter-subjetividade. O mundo das ciências humanas não é o mundo em si, mas o mundo tal como experienciado pelo homem e, portanto, carregado de significados. Não é natureza, mas é mundo (mundo é natureza mais significado). Em vez de fatos, temos os fenômenos. Os fatos na verdade são derivados. O que é primeiro são os fenômenos. Os fatos só são obtidos por abstração. A experiência primeira e de fenômenos, e será só trabalhando em cima disso é que chegaremos a fatos. Pretende-se com isso transcender a relação sujeito-objeto e se chegar a uma outra que é mais primitiva que esta; e que por ser mais primitiva nos dá acesso a uma verdade mais radical. As ciências humanas estudam não o mundo como natureza, mas a relação homem-mundo. Não é possível abstrair o homem que estuda, e considerar somente o objeto puro. Se nas ciências naturais se pretende evitar ao máximo o envolvimento do pesquisador, nas humanas o que se tem a fazer é tirar proveito desse envolvimento. É uma outra concepção de ciência, outro modelo epistemológico, outro paradigma (Chizzotti 1991).

As pesquisas em ciências naturais foram chamadas de empírico-analíticas (e quando aplicadas ao ser humano podem ser de 2 tipos: estatísticas ou de análise de comportamento). As pesquisas em ciências humanas foram chamadas de hermenêuticas (porque no fundo lidam com significados de experiências e fazem interpretações - estamos entendendo aqui interpretação no seu sentido mais amplo, como explicitação de significados ou desdobramento de sentidos). Foram também chamadas de fenomenológicas ou existenciais ou mesmo humanistas (ver por exemplo Polkinghorne 1982) (porque buscam o

significado dos fenômenos para os humanos com eles envolvidos). Também foram chamadas de qualitativas (Alves 1991), por oposição às "quantitativas" que é como se designavam nessa época as pesquisas empírico-analíticas, por causa do esforço de medir e estabelecer relações externas. (Os que se colocam nesta abordagem empírico-analítica consideram que o termo "quantitativo" aplicado a eles restringe muito o que fazem, pois eles podem trabalhar também com análise qualitativa. Mas a isso os praticantes da abordagem hermenêutica dizem que não se pode confundir análise qualitativa de dados, com pesquisa qualitativa. Trata-se na verdade de dois modos de fazer ciência, inteiramente diferentes, e não só diferentes quanto a procedimentos técnicos.) Penso eu que pode haver duas tendências em pesquisas desse segundo tipo, o hermenêutico: uma tendência mais empírica, quando as conclusões são principalmente baseadas na análise de dados dos depoimentos registrados dos sujeitos, e uma tendência mais dialética, quando as conclusões são estabelecidas a partir de uma interação com os sujeitos, isto é, eles são convidados a confirmar as conclusões.

É interessante notar que esses desdobramentos (filosofia-ciência, ciência natural-ciência humana) não eliminam o ponto a partir do qual se deu o desdobramento. O surgimento da ciência não eliminou a filosofia (por mais que a ciência tivesse nascido por oposição a ela), mas a fez redefinir-se ou pelo menos repensar sua identidade. O surgimento de uma abordagem hermenêutica do seio da ciência não eliminou a abordagem empírico-analítica, nem mesmo impediu que nessa abordagem pesquisadores continuassem se ocupando de assuntos humanos. Só que dentro de um enfoque próprio. Parece que as coisas são assim; não ficam nunca perfeitamente resolvidas...

Esse desdobramento no interior da pesquisa científica não estava ainda com firmeza estabelecido, quando novas necessidades surgiram. O que se começou a questionar foi que esse

conhecimento todo (seja ele empírico, seja ele hermenêutico) é muito heterogêneo com a ação concreta. Quer isso dizer que ele ainda fica fora da atuação prática. Há ainda uma separação entre o ato de pesquisar ou de investigar (o ato de produzir o conhecimento) e o ato de aplicar o conhecimento (a atuação concreta). Isso torna o ato de aplicar uma mera execução externa, o que a faz manipulável pelos sábios, isto é, pelos detentores do poder do conhecimento (ou por aqueles que compram ou financiam o conhecimento). Mas os profissionais da área de humanas não conseguem aquietar suas questões (nascidas da lida com o humano) e aceitar tranquilamente serem autômatos, meros aplicadores de conhecimentos. Algo está errado nisso tudo. Essa ciência toda ainda está longe da ação transformadora concreta. E isso foi sem dúvida influenciado por um pensar desenvolvido no interior de movimentos revolucionários em contexto social político. Foi ficando mais clara a oposição entre conhecimento abstrato e ação concreta, entre uma relação meramente cognitiva entre homem-mundo e uma relação mais englobante, transformadora. O conhecimento é, sozinho, constituinte da 1ª relação, enquanto ele é um componente, apenas, na 2ª relação. Mas, e isso é fundamental, é só enquanto inserido numa ação transformadora que o conhecimento é concreto e vai mais longe. O verdadeiro conhecimento é o que faz parte de uma relação mais que meramente cognitiva com o real. Isso tudo foi clareando uma nova concepção de ciência, de pesquisa e de investigação. E essa nova concepção foi chamada de dialética ou pragmática. Foi dentro dessa concepção que surgiram a pesquisa-participante, e a pesquisa-ação (Astolfi 1993, Gamboa 1991). E os estudos teóricos dentro dessa nova concepção tomaram outra fisionomia também: foram denominados estudos críticos e visam também uma transformação mais global. Só dentro dessa nova perspectiva que a ação concreta (a psicoterapia, por exemplo) pode ser vista como pesquisa ou investigação. O ato de

pesquisar e o próprio processo terapêutico não são coisas diferentes. Está em jogo um novo modelo epistemológico. Não há uma separação entre a pesquisa e a ação; pelo contrário a ação desenvolvida como pesquisa passa a ser mais crítica, qualitativamente superior, e mais eficaz. E por outro lado o conhecimento assim gerado, mais verdadeiro.

Isso muda muita coisa, inclusive o modelo de relatório científico, o modelo de registro de dados, o próprio modelo da interação concreta na coleta de dados, e a própria atuação profissional. Existem modelos diferentes disso tudo para os 3 paradigmas.

Será que terminamos essa andança dos modos de pesquisar? O que podemos prever como novos passos? E aqui só podemos ousar, pois estamos nos arvorando em profetas, tentando detectar pequenos sinais dos tempos. Falo do que imagino e de como interpreto pequenos sinais. Todas essas formas de saber não esgotam aquela forma de saber tácito de que falávamos no começo. Há ainda algo que está lá no tácito, e que não passou para o plano do saber representacional explícito. Todas essas formas de saber explícito (filosofia, ciência natural, ciência humana, dialética) podem ainda ter em comum que todas elas ficam submersas na historicidade ou na imanência. Mas do seio dessa imanência histórica não podemos encontrar algumas setas que apontam para fora? E não digo isso como para escapar do fluxo histórico, mas exatamente para melhor compreendê-lo. Não será que para compreender o humano, e o humano concreto que somos e que temos diante de nós, não teremos que tomar as asas do símbolo cujos significados nunca se esgotam (não são meros signos), compreender o que da poesia não coube na ciência convencional, o que da arte, da dança e da religiosidade também não? Não será que existe uma certa onipotência inserida essencialmente no modelo até hoje vigente de ciência (seja ele empírico-analítico, hermenêutico-fenomenológico ou dialético-pragmático), e que ao invés de

pensarmos em possuir uma sabedoria, não deveríamos pensar em sermos possuídos por uma sabedoria (que ao mesmo tempo que nos transcende, também nos constitui, nos atravessa, mas diante da qual podemos opor resistência)? Seria isso uma abordagem ecológica do humano? (cf. por exemplo, Geraldès & Keusen, 1993).

Permito-me ilustrar esse último ponto com as 3 formas de escuta desenvolvidas por René Barbier, um sociólogo, especialista em pesquisa-ação, e que gosta de se considerar um psicossociólogo. Segundo ele, essas 3 formas são necessárias para que nos aproximemos do fenômeno que queremos estudar. Ele denomina a primeira de escuta "científico-clínica". Não basta buscar a coerência ou compreender as relações que existem entre os fenômenos que observamos no grupo ou na sociedade. No face a face e no envolvimento com a ação, é preciso desenvolver uma escuta sensível ao que acontece com as pessoas em sua prática, eu diria, a sua experiência. O outro tipo é a escuta "filosófica". É uma escuta dos valores últimos das pessoas e do grupo, ou seja, "aquilo para que, a partir do que, a pessoa faz questão de viver e em favor do que aceita correr o risco de perder algo importante" (Barbier 1992, p. 209). E o terceiro tipo de escuta é a "mito-poética". Consiste em ficar atento ao novo na vida do grupo, às falas dissonantes, minoritárias, que questionam o já estruturado. "A escuta mito-poética é aquela que está atenta à vida relacional e simbólica de um grupo, de uma população, e à forma como as pessoas são solidárias, como trocam mitos, símbolos, imagens, a fim de criar condições diferentes daquelas que lhes são impostas" (p. 209). Às vezes são os mitos e símbolos os únicos meios de termos acesso a algo que não está dominado ou plenamente conhecido e que, no entanto, é fundamental para se entender o que acontece. Tudo isso, entretanto, no contexto de uma escuta-ação, ou do que ele chama de pesquisa-ação existencial. Creio que essa tríplice forma de escuta pode estar nos mostrando, exatamente como novo e voz mino-

ritária, um possível rumo para onde apontam inquietações presentes em investigações atuais do humano.

Referências

- Alves, Alda Judith. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, S. Paulo (77), 53-61, maio.
- Astolfi, Jean-Pierre. (1993). Trois paradigme pour les recherches en didactique. *Revue Francaise de Pédagogie*, 103, avril-mai-juin, 5-18.
- Barbier, René. (1991-92). Transcrição da palestra do prof. René Barbier sobre Pesquisa-ação. *Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política* (Dep. de Psic. da UFF), 1, 197-214.
- Chizzotti, Antônio. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. S. Paulo: Cortez.
- Gamboa, Silvio. (1991). *A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto*. In: Fazenda, I. *Metodologia da pesquisa educacional*. 2ª ed. aumentada. S. Paulo: Cortez, pg. 91-115.
- Geraldès, Paulo César & Keusen, Alexandre Lins. (1993). Ecologia, a ciência dos excluídos. In: *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 42 (7), pg. 387-392.
- Gusdorf, Georges. (1989-1990). Les modèles épistémologiques dans les sciences humaines. *Bulletin de Psychologie*, Tome XLIII, N° 397, pg. 858-868.
- Polkinghorne, Donald. (1982) *What makes research humanistic?* *Journal of Humanistic Psychology*, 22, N° 3, 47-54.